

ARTIGOS

## O GOLPE DA JUSTIÇA

CARLOS EDUARDO RICHINITTI  
Desembargador do TJRS



Nosso país está sendo alvo de um verdadeiro golpe. Não o institucional, que os afetados insistem em afirmar. Existe, isso sim, um movimento claramente ordenando para enfrentar o verdadeiro mal que há tantos anos corrói esta grande nação: o da corrupção generalizada.

Fomentadas pela impunidade de sempre, as aves de rapina há muito reinam absolutas. Corruptos e corruptores enriqueceram à custa da miséria de milhões, contando sempre com a incapacidade do sistema judicial de punir o topo da pirâmide nacional.

No Brasil, o devido processo legal, a ampla defesa, a presunção de inocência e as garantias constitucionais sempre serviram aos mais ricos e à classe política; não só como legítimas, importantes e fundamentais garantias pessoais, mas como instrumentos de viabilização

do enriquecimento ilícito e da perpetuação no poder.

Eis que, um dia, a Suprema Corte plantou, quando do julgamento do mensalão, a semente que faltava, sinalizando que as coisas poderiam mudar, tornando realidade a, até então, ficção jurídica de que todos são iguais perante a lei.

Há, sim, um golpe no país, promovido pela Justiça, que, com o fuzil da lei, resolveu enfrentar a impunidade

Os bons ventos encontraram solo fértil em Curitiba, onde um sistema judicial articulado – polícia, Ministério Público e Judiciário – resolveu enfrentar a estrutura corrupta há

muito instalada.

Prisões e delações premiadas são estratégias importantes, mas o grande diferencial para a validação e a consolidação da operação que está lavando o Brasil reside, sem dúvida, na divulgação ao público das tenebrosas transações que sempre se deram sob os tapetes da República.

Portanto, há, sim, um golpe no país, promovido pela Justiça, que, com o fuzil da lei e respaldada pela opinião pública, resolveu enfrentar o mal maior da nação: a impunidade dos poderosos.

A ruptura de um sistema vigente é sempre traumática e a reação – até porque são muitos, quase todos, não duvidem – será forte. Caberá à sociedade ficar atenta e escolher o caminho a tomar, não permitindo retrocessos com o enfraquecimento da Justiça. Portanto, sim ao golpe à corrupção.

## OS RESULTADOS DA IRRESPONSABILIDADE FISCAL

GABRIEL SOUZA  
Deputado estadual e líder da bancada do PMDB-RS



O sinal vermelho foi aceso: o Estado brasileiro está gastando mais do que sua arrecadação, em níveis jamais vistos, criando déficits bilionários, impossibilitando o pagamento das despesas públicas – mesmo as mais básicas – como saúde, educação e, em alguns casos, até mesmo a folha de pagamento de seus servidores.

Um dos pilares da “nova matriz econômica” do PT, essa política fiscal, em longo prazo, produz tal resultado. Gastar mais do que a arrecadação, elevar as despesas acima do crescimento da receita, agir com irresponsabilidade fiscal é, no fim das contas, um mau negócio para o país.

Os defensores da política fiscal que expande os gastos públicos acima do crescimento da receita (autodenominados “desenvolvimentistas”) acredi-

tam que seria exatamente isso que traria o desenvolvimento e, por consequência, uma espécie de feedback positivo de crescimento da arrecadação. O rombo originado por essa espécie de brincadeira de “gato e rato” da despesa versus receita é chamado por eles de “déficit indutor do crescimento”.

O Estado brasileiro penará durante algum tempo para equilibrar suas contas

Ou seja, para eles, criar mais despesas produz desenvolvimento, que gerará mais receita, o que cobrirá os gastos que foram criados e assim por diante.

Mas o que deu errado? O problema dessa política é que, ao gerar déficits bilionários, há um momento em que a receita parará de se expandir e, ao contrário do que pregam, entrará em declínio. Esse é o resultado da recessão econômica gerada pela crise de credibilidade do país, que, inadimplente com seus compromissos em virtude do alto déficit, afugenta investimentos e paralisa a economia.

A meta fiscal de R\$ 170,5 bilhões negativos do governo federal aprovada pelo Congresso Nacional e o déficit de R\$ 6,4 bilhões em 2016 no Rio Grande do Sul mostram bem a que ponto chegamos. O Estado brasileiro penará durante algum tempo para equilibrar suas contas e conseguir voltar a promover os investimentos públicos que geram desenvolvimento econômico sustentável.

## IOTTI

iotti@zerohora.com.br

Economia brasileira encolhe 0,3% no primeiro trimestre de 2016



- Como chegamos aqui eu sei. A pergunta é: - como saímos?



## RBS BRASÍLIA

Carolina Bahia

carolina.bahia@gruporbs.com.br  
@Carolina\_Bahia

Veja outras colunas em [zerohora.com/carolinabahia](http://zerohora.com/carolinabahia)

## Para compensar

O Planalto transformou a posse dos presidentes da Petrobras e dos bancos públicos em um evento badalado porque é o que tem de melhor a mostrar. A equipe econômica de **Michel Temer**, que tem um braço importante neste grupo, é a esperança de que o governo de transição possa emplacar medidas para tirar o país do fundo do poço. Seria uma forma de compensar nomeações medíocres para outros ministérios – graças a indicações

de aliados – e até mesmo a queda de dois ministros enrolados pela Lava-Jato. Não há dúvida de que **Henrique Meirelles** (Fazenda) e **Pedro Parente** (Petrobras) servem como âncoras de credibilidade para o governo. Mas a nova onda de delações premiadas, em especial da Odebrecht, não deixa a área política sossegar e contamina a economia. Ministros, deputados e senadores estão em pânico com o temor de uma nova fase da Lava-Jato.

## VINGANÇA

Adversários de **Eduardo Cunha** no Conselho de Ética contam com o voto integral do DEM a favor da cassação. Não só pela convicção da bancada, mas também por vingança. O DEM não engoliu ter perdido a liderança do governo para **André Moura** (PSC-SE), afilhado de Cunha.

## MARCANDO LUGAR

Entre os convidados da posse conjunta, no Palácio do Planalto, o assunto era a dívida sobre o próximo ministro do Planejamento. O interino, **Dyogo de Oliveira**, nem mesmo ocupa o gabinete oficial e continua despachando de sua sala de secretário-executivo. Para não desagradar ao senador **Romero Jucá** (PMDB-RR) – afastado do cargo – por enquanto, **Temer** não fala oficialmente sobre a substituição.

## SÓ NA CONVERSA

Na primeira reunião sobre renegociação da dívida com a equipe do ministro **Henrique Meirelles** (Fazenda), os secretários da Fazenda pediram dois anos de carência e desconto. Se a proposta do Rio Grande do Sul for aceita, e o abatimento for aprovado, a dívida do Estado cai pela metade. Mas não há nada certo. O único combinado é que a Fazenda só mandará o texto para o Congresso depois de um acordo com os governadores.

## TÉCNICO

Em resposta à nota sobre indicações do PP no Ministério da Agricultura, o deputado **Jerônimo Goergen** diz à coluna que a bancada gaúcha vai apoiar o nome indicado pelos técnicos da superintendência do Mapa no Estado.